CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

LEI Nº 9.327/2017

Dispõe sobre: Prevê publicidade de parecer favorável a corte ou supressão de árvores e dá outras providências.

Autor: Vereadora ALBA LUCENA FERNANDES GANDIA

ENIO LUIZ TENÓRIO PERRONE, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, nos termos do parágrafo 3º do artigo 47 da Lei Orgânica do Município de Presidente Prudente e conforme parágrafo 2º do artigo 158 do Regimento Interno: FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Todo parecer favorável a corte ou supressão de árvores será, no prazo de 2 (dois) dias de sua emissão, publicado em espaço próprio no sítio eletrônico da Prefeitura de Presidente Prudente ou na edição da Imprensa Oficial do Município, acompanhado de suas justificativas técnicas.

§ 1º - O corte ou supressão somente ocorrerão após a publicação do parecer, conforme prevê o "Caput" deste artigo, nele constando:

I - número do processo administrativo;

II - nome completo do requerente;

III - localização do endereço completo em que será realizado o corte ou a supressão e;

IV - Justificativa técnica detalhada do órgão competente.

§ 2º - São excluídos da obrigação de publicação de parecer prévio, instituído nesta Lei, os seguintes casos:

I – risco de queda iminente na qual a árvore apresenta problemas estruturais e/ou fitossanitários irreversíveis e/ou severos e/ou extensivos que comprometem sua vitalidade e estabilidade, podendo atingir potenciais por projeção de queda;

II – podas;

III – quando as raízes estiverem:

a) - expostas, destruindo o passeio público, tomando-o em desacordo com o estabelecido em legislação correlata;

b) – danificando a estrutura de residência próxima, comprometendo todo o imóvel ou parte dele.

§ 3º - Também será efetuada a publicidade a que se refere o parágrafo anterior, de forma resumida, em até sete dias após o corte ou a supressão, contendo o que dispõe os incisos I, II e III do § 1º, no que couber, e o enquadramento das hipóteses previstas nos incisos I e III e suas alíneas do § 2º desta lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Presidente Prudente, em 03 de maio de 2017.

ENIO LUIZ TENÓRIO PERRONE
Presidente

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, aos três dias do mês de maio de dois mil e dezessete.

MAURO ALVES DOS SANTOS
Diretor Geral